

04 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

TJ quer novo aumento nas custas judiciais

Curitiba - Aumentos nos custos para registrar um imóvel, casar no Civil e abrir uma empresa, por exemplo, entrarão na agenda dos deputados estaduais neste final de ano. É que ontem o Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná aprovou uma nova tabela de despesas processuais, que para vigorar precisa do aval da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. A matéria irá fazer companhia à dezena de projetos do governo estadual que tramitam na instituição, a maioria em regime de urgência, pois a AL entra em recesso daqui 18 dias.

Para levar um Juiz de Paz até o lugar onde você deseja celebrar seu casamento civil, por exemplo, o custo sobe de R\$ 28,20 para R\$ 200 na tabela nova. Se a nova tarifa parecer muito salgada, há a possibilidade de realizar a cerimônia dentro do cartório, onde o custo não subiu tanto, passando de R\$ 14,10 para R\$ 50. Emancipação passa a custar R\$ 88,45, união estável R\$ 293 e o reconhecimento de firma de pessoa jurídica R\$ 37,50. Agora, se você precisa que um amigo recupere seus dados escolares em outra cidade, terá que enviar para ele uma procuração com firma reconhecida por R\$ 75,52.

O aumento das despesas processuais foi alvo de polêmica na AL em 2010, quando o TJ quis corrigir os valores em 33%. A correção só veio em fevereiro de 2011, após movimentação da conselheira Morgana Richa, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que presidiu reunião de conciliação entre o TJ, o deputado estadual Tadeu Veneri (PT), hoje líder da oposição, e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil.

O dinheiro obtido com essas taxas pode ser revertido para o custeio do próprio Judiciário, quando integra o Fundo da Justiça (Funjus), ou para os donos de cartórios ainda não estatizados. É que no Paraná poucas serventias, como são tecnicamente chamadas, foram estatizadas nos últimos anos. Em Londrina, das sete em funcionamento, apenas duas já foram estatizadas.

04 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA
MAZZA

Custas espoliativas

Página inteira em destaque ao desembargador Miguel Kfoury, atual presidente do TJ, na "Veja", e no dia da discussão sobre aumento das custas judiciais. Na Assembleia há mais de um parlamentar ligado aos cartórios. Espera-se ação urgente da OAB/PR para evitar os abusos de praxe.

04 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

Ex-prefeito é condenado por decreto sobre TCGL

O ex-prefeito de Londrina Luiz Eduardo Cheida (PMDB), que foi chefe do Executivo entre 1993 e 1996, quando era filiado ao PT, deve devolver valores arrecadados pela empresa Transportes Coletivos Grande Londrina (TCGL) a título de "reserva técnica", autorizada por Cheida por meio de decreto em 1995. A sentença, com data de 16 de outubro, é do juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Emil Tomás Gonçalves, e também inclui como devedora a TCGL.

A decisão foi proferida em ação popular ajuizada em 1996 - há 16 anos, portanto - pelo advogado Osvaldo Evangelista de Macedo. O valor a ser restituído, ainda não calculado, deve ser depositado "em conta especialmente aberta com a finalidade de subsidiar os custos de futura tarifa do transporte coletivo, a ser gerida pela CMTU ou destinar-se ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor". O entendimento do juiz é que houve "dano ao patrimônio econômico da população". Como se trata de ação popular, os réus não são condenados à suspensão dos direitos políticos e outras punições previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

Segundo a sentença, Cheida assinou, em fevereiro de 1995, o primeiro decreto prevendo o pagamento da reserva técnica de 4,01% do valor arrecadado pela empresa; o segundo decreto, assinado

em junho de 1995, que vigorou até junho de 1996, reajustava a alíquota para 7,33%.

Porém, para o magistrado, que acatou inteiramente parecer do Ministério Público, a inclusão da reserva técnica na planilha do transporte coletivo por meio de decreto contrariou frontalmente a lei que disciplinava o transporte coletivo, a qual previa que somente outra lei poderia alterar a política tarifária.

O advogado também questionava na ação popular a inclusão na planilha do transporte da taxa de 6% para o gerenciamento do transporte, porém, o juiz entendeu que esta taxa estava prevista em lei.

Cheida disse que irá recorrer ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná porque entende que não cometeu qualquer

ilegalidade. "A

Lei Orgânica prevê que o prefeito tem legitimidade para reajustar os preços do serviço

público. Não descumprimos a lei e vamos alegar isso em nossa defesa no tribunal, porém, se este não for o entendimento, quem teria de pagar é a empresa, que se beneficiou do reajuste."

O advogado da TCGL, Alcides Correa, também disse que irá recorrer, alegando que o juiz não analisou perícia feita

durante o processo na qual estaria comprovado que a empresa "nunca se utilizou da reserva técnica, criada em 1994 ou 1995 para evitar que o preço da passagem se desvalorizasse em razão da inflação". "Todos os cálculos tarifários feitos pelo perito judicial apontam que a empresa nunca precisou desta reserva técnica porque a tarifa era sempre maior", argumentou. "A TCGL nunca se beneficiou deste decreto e, portanto, não há o que devolver."

Cheida entende que não cometeu ilegalidade e vai recorrer ao TJ

04 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

Governo anuncia aporte milionário na previdência

**Para compensar retirada de taxa
dos inativos, Estado afirma que
vai transferir R\$ 5 milhões
mensais a fundo**

Curitiba - Sem a cobrança dos inativos, o governo do Paraná continuará usando dinheiro da arrecadação do Estado para tapar o "rombo" da previdência pública, estimado em R\$ 7,3 bilhões. O líder de Beto Richa (PSDB) na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Ademar Traiano (PSDB), adiantou que o governo destinará mensalmente R\$ 5 milhões para a Paraná Previdência, instituição criada para administrar o pagamento mensal de R\$ 396 milhões a 76.033 aposentados e 25.674 pensionistas do Paraná.

O valor é pequeno perto dos R\$ 280 milhões que o governo já aporta todos os meses para compensar o desequilíbrio entre os membros dos Fundos Previdenciário e Financeiro, onde os inativos estão divididos. Hoje um dos fundos tem só 18 mil contribuintes enquanto o outro chega a 131 mil. Na proposta que seguiu para a AL, a grande mudança é um novo enquadramento que irá "equilibrar" o número de contribuintes de cada um dos fundos. Ficam 56 mil no Previdenciário, 76

mil no Financeiro e 17 mil no novo Fundo Militar.

"Essa mudança altera todo o custeio do plano, não pode ser votada com pressa", reclamou o deputado estadual Tadeu Veneri (PT), líder da oposição. O projeto de lei foi admitido ontem na AL e já começou a tramitar, com grandes chances de ser incluído na pauta desta terça-feira da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Traiano pediu regime de urgência para o tema, pois o governo do Paraná deseja alterar o plano de custeio ainda neste ano.

O ritmo imposto pelo governo do Paraná tem desagradado sindicatos dos servidores públicos, que estenderam faixas do lado de fora da AL. "Chega de votação às pressas" e "Mudar de plano de custeio exige a participação do funcionalismo, senão é golpe" são algumas das manifestações das entidades ligadas ao Fórum dos Servidores Públicos do Paraná. Fora o aporte milionário,

será necessária capitalização extra, com o Estado repassando para a Paraná Previdência imóveis públicos, que integrariam o patrimônio da instituição.

04 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Mensalão: acórdão do STF deve sair até fevereiro

Má notícia para os condenados a prisão, no processo do mensalão: o presidente do Supremo Tribunal Federal e relator do caso, ministro Joaquim Barbosa, deve publicar o acórdão do julgamento até fevereiro. Isso pode tornar quase irrelevante o debate sobre a prisão imediata dos réus. Barbosa pediu aos demais ministros que agilizem a revisão dos seus votos. A publicação do acórdão dará eficácia às penas definidas.

Justiça rápida

A dedicação do ministro Joaquim Barbosa deu celeridade à elaboração do acórdão, que poderia levar até seis meses para ser publicado.

Plantão no recesso

Considerado um dos mais eficientes na revisão de acórdãos, o ministro Joaquim Barbosa precisará trabalhar no fim do ano para concluir texto.

Lentidão superada

O Supremo Tribunal Federal já chegou a levar quase dez anos para publicar acórdãos de julgamentos e concluir processos.

Fase necessária

Os réus e o Ministério Público Federal só podem recorrer das decisões - apresentando embargos - após a publicação do texto.

MILITÃO

Seria castigo?

A juíza da Vara Criminal de Joaçaba, Santa Catarina, decidiu diminuir as penas dos detentos que lerem as obras de autores como Dostoiévski e William Shakespeare!

04 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

» REGISTROS PÚBLICOS

TJ aprova reajuste das taxas de cartórios; projeto segue para a Alep

TJ aprova alta nas taxas de

cartórios

Em uma reunião a portas fechadas, o Tribunal de Justiça aprovou ontem o aumento das custas judiciais e a criação de 25 cargos de desembargador. A OAB do Paraná prepara ação contra o reajuste.

Proposta aumenta custas judiciais e extrajudiciais em até 1.125%. Para passar a valer, deputados têm de aprovar a proposição dos desembargadores

Karlos Kohlbach

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) aprovou ontem o anteprojeto de lei que reajusta as custas judiciais e os valores cobrados em cartórios extrajudiciais. Treze dos 25 desembargadores do Órgão Especial votaram pela aprovação da proposta e nove foram contrários. O anteprojeto segue hoje para a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Caso seja aprovado ainda neste ano pelos deputados, os novos valores passam a valer já em 2013. O último reajuste foi

concedido em 2010, quando as custas judiciais aumentaram em 34% — depois de ficarem por oito anos sem atualização.

A proposta de reajuste foi discutida e modificada pelos desembargadores minutos antes da votação, durante uma reunião que aconteceu no gabinete do presidente do TJ, Miguel Kfourri Neto. O reconhecimento de firma para empresas, exemplo mostrado na reportagem de ontem da Gazeta do Povo, foi revisto. A proposta inicial previa reajuste de 2.350% — dos atuais R\$ 3,06 para R\$ 75. Pela proposta aprovada ontem, o serviço vai custar R\$ 37,50 — o que representa aumento de 1.125%.

Sem discussão

Com duas horas e meia de atraso, a sessão do Órgão Especial foi iniciada por Kfourri com o anúncio de que a proposta de reajuste já estava aprovada. A partir daí, o presidente do TJ apenas comunicou o resultado das votações sobre cada uma das propostas administrativas — sem que houvesse qualquer discussão por parte dos magistrados —, entre elas a criação de 25 novos cargos de desembargador e 115 de assessor (veja matéria abaixo).

O desembargador Edson Luiz Vidal Pinto foi o único magistrado que se posicionou

publicamente contra a nova tabela. Ele também questionou o rito adotado: “Eu não fui chamado para esta reunião por isso quero manifestar meu voto em cada uma das matérias”. No momento da votação sobre o anteprojeto das custas judiciais, o magistrado votou contra. “Eu sou frontalmente contra este anteprojeto.”

Kfourri explicou que Vidal Pinto foi comunicado da reunião, mas que houve um desencontro. Ele justificou a reunião “fechada”. “Se a decisão é pública, ela se eterniza. Essa reunião é mais objetiva”, disse Kfourri, após a aprovação da proposta, citando que é comum esse tipo de encontro para deliberações sobre questões administrativas.

O rito adotado pelos desembargadores foi alvo de críticas também da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Paraná. O presidente da entidade, José Lúcio Glomb, criticou a reunião fechada no gabinete do presidente do tribunal e afirmou que já solicitou uma cópia da sessão de ontem para avaliar possíveis medidas judiciais. “Eu não posso nem comentar a aprovação desta proposta porque nem sequer sei que tabela foi votada”, disse Glomb.

CONTINUA

04 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

COMPARE

Veja os reajustes propostos para alguns dos serviços dos cartórios:

Serviço	Valor atual	Valor novo	Reajuste
Reconhecimento de firma pessoa jurídica	R\$ 3,06	R\$ 37,50	1.125%
Reconhecimento de firma pessoa física	R\$ 3,06	R\$ 4,20	37,25%
Certidões judiciais	R\$ 9,40	R\$ 20	112,76%
Desarquivamento de processo	R\$ 9,40	R\$ 25	165,95%
Escritura de instituição de união estável	R\$ 88,83	R\$ 293	229,84%
Certidão de matrícula imobiliária	R\$ 9,48	R\$ 22	132,06%
Registro de emancipação de menor no registro civil	R\$ 21,15	R\$ 88,45	318,20%

Fonte: Tribunal de Justiça do Paraná.

REAÇÃO

OAB ameaça recorrer à Justiça e deputados reagem com preocupação

O presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb, admitiu ontem que a entidade pode entrar na Justiça contra a aprovação da tabela que reajusta as custas judiciais e os valores cobrados em cartórios. Glomb também criticou a forma com que o anteprojeto do TJ foi aprovado – em reunião fechada. “A OAB tentou acompanhar [a votação da nova tabela de custas judiciais e extrajudiciais], mas a sessão não foi pública. Foi um julgamento fechado. No meu entendimento, isso fere a Constituição Federal, o regimento interno do TJ e pode ser questionada na Justiça”, completou Glomb. Nem mesmo o presidente da Associação dos

Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), Robert Jonczyk, teve acesso à nova tabela de custos aprovada ontem – a Anoreg é a entidade que representa os cartórios. Para ele, era necessário uma nova tabela de valores, pois existe uma defasagem nos valores cobrados o que dificulta a manutenção de pequenos cartórios. Na Assembleia, o aumento é visto com preocupação. O presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), considera que as taxas atualmente praticadas já são altas. O deputado Stephanes Jr. (PMDB) foi mais crítico. “São índices altíssimos. Isso é um crime, uma barbaridade. Reajustes podem acontecer, mas não nesses percentuais absurdos.”

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Tribunal cria 115 cargos de assessor e 25 de desembargador

A nova tabela de custas judiciais e dos valores cobrados em cartórios não foi o único anteprojeto polêmico aprovado ontem pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). Em reunião fechada no gabinete do presidente do TJ, Miguel Kfouri Neto, os desembargadores aprovaram a criação de 25 vagas de desembargador para o TJ e outros 115 cargos em comissão para assessores.

Kfouri explicou que caberá à próxima gestão, encabeçada pelo presidente eleito do TJ, Clayton Coutinho Camargo, o preenchimento desses cargos, “conforme a disponibilidade orçamentária”. A criação de 25 vagas para a corte do TJ foi criticada pelo desembargador Edson Luiz Vidal Pinto, que questionou a necessidade dos cargos — o tribunal tem hoje 120 magistrados. Kfouri comparou a estrutura do TJ do Paraná com a do Rio Grande do Sul para justificar: “Lá são 140 desembargadores e a população é menor”.

Custo de R\$ 20 milhões

Se todos os cargos aprovados ontem forem ocupados, o impacto anual na folha de pagamento do TJ será de R\$ 20 milhões. Caberá à Assembleia Legislativa aprovar a criação dos cargos.

04 DEZ 2012

04 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

Justiça pede explicação sobre pagamento de bolsas de estudo

O juiz da 3ª Vara Federal no Ceará, Ketler Gomes Ribeiro, deu um prazo de dez dias – a contar desde ontem – para que o governo federal preste esclarecimentos sobre o fornecimento de bolsas a estudantes contemplados pelo programa federal Ciência sem Fronteiras. A decisão do juiz atende à ação do Ministério Público Federal no Ceará que quer alteração no edital do programa para incluir 20 cursos excluídos em 20 de novembro. A mudança, na avaliação do procurador Oscar Costa Filho, retirou a possibilidade de muitos estudantes conseguirem a bolsa do programa.

1,1 mil presos em unidades do Paraná fazem Enem hoje

Hoje e amanhã, 1.181 detentos de 27 unidades prisionais do Paraná farão o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), aplicado aos demais candidatos nos dias 3 e 4 de novembro. A participação entre os presos paranaenses registrou crescimento de 44,9% em relação ao ano passado, quando 815 presos de 22 unidades do estado se inscreveram para prestar o exame.

BESSA

Sarau poético

A Biblioteca Pública do Paraná recebe nesta quarta-feira o lançamento da *Coletânea: Academia Paranaense da Poesia*, com homenagens a autoras vivas, como Alzeli Bassetti, e também tributos póstumos, entre eles a Helena Kolody. Além de Alzeli, a obra traz trabalhos de Adélia Maria Woellner e Chloris Casagrande Justen, entre outros integrantes da Academia Paranaense da Poesia.

Acerimônia será realizada no auditório Paul Garfunkel, a partir das 17 horas.

COLUNA DO LEITOR

STF

O ilustre ministro Luiz Fux deve ser leitor assíduo de Nicolau Maquiavel, que defendia que os fins justificam os meios. Com uma naturalidade beirando o ridículo, admitiu ter “mendigado” a indicação, encontrando-se até com José Dirceu (*Gazeta*, 3/12), e que depois agiu de acordo com a lei. Espero que seus votos não sejam tão contraditórios quanto as suas ações.

Guaraci Joarez Abreu, Pontal do Paraná – PR

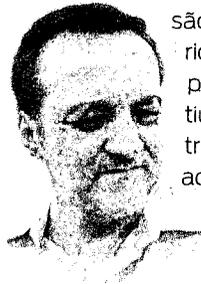
04 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Livre

O empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira (foto), continua em liberdade. A decisão foi do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1), com sede em Brasília, que rejeitou o recurso do Ministério Público Federal que desejava colocar Cachoeira novamente na prisão. Os desembargadores também confirmaram a liminar que determinou a soltura dele. Cachoeira foi solto há duas semanas após ter conseguido outra decisão que, embora o tenha condenado a cinco anos de prisão por envolvimento em irregularidades no sistema de transporte público do Distrito Federal, permitiu-lhe ficar em liberdade. O contraventor passou 265 dias preso, acusado pela Polícia Federal na



Operação Monte Carlo de liderar uma rede de jogos ilegais.

04 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

atas e editais

DÉCIMA PRIMEIRA VARÁ CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO CENTRAL DE CURITIBA

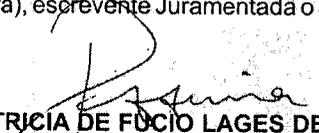
EDITAL DE CITAÇÃO de eventuais interessados que encontrem em lugar incerto e não sabido, com prazo de trinta (30) dias.

ADra. **PATRICIA DE FUCIO LAGES DE LIMA**, MMª. Juíza de Direito

Substituta da Décima Primeira Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que tem curso, neste Juízo da Décima Primeira Vara Cível da Comarca de Curitiba, sito à Av. Cândido de Abreu, 535, 6º andar, Centro Cívico, AÇÃO DE USUCAPIÃO, nº0034311-762012.8.16.0001, em que é requerente ESPÓLIO DE LUIZA RIBEIRO ZARUGNER, na qual requer-se declarada a posse e domínio da autora relativamente do bem imóvel usacapiendo, sobre o qual vem mantendo posse mansa e pacífica por mais de cinco anos, sendo: Imóvel descrito na matrícula 81.748 da 6a. CRI de Curitiba, indicação fiscal 43.086.025-000-0, qual seja: lote matriculado número 28-B, oriundo da subdivisão do lote 28 da Planta Vila Isabel, Portão, medindo 19,23 metros de frente para a Rua Professor Ulisses Vieira, por 55,00 metros de extensão da frente ao fundo pelo lado direito de quem da referida rua observar, onde confronta com o lote fiscal 43-086-009.000, do lado esquerdo mede 54,00 metros onde confronta com o lote 28-A de indicação fiscal 43-086-026.0000, tendo de largura no fundo 19,04 metros onde confronta com os lotes fiscais 43.086-003.000 e 43.086.004.000, com a área de 1042,85 metros quadrados, contendo uma casa de alvenaria e outras benfeitorias, sob número 184, na Rua Professor Ulisses Vieira, pelo que, com fundamento no artigo 942, do CPC, ficam Poe este edital, com prazo de trinta (30) dias, a contar da data da primeira publicação no jornal, de eventuais terceiros interessados que encontrem em lugar incerto e não sabido, **CITADOS** de todos os termos da ação em referência para que, querendo, no prazo de **quinze (15) dias**, através de advogado constituído, contestem o feito, sob pena de, não o fazendo, serem tidos como verdadeiros os fatos narrados pela partê autora e de prosseguimento da ação à revelia.

DADO E PASSADO nesta cidade de Curitiba PR, aos nove (09) dias do mês de outubro de 2012.
Eu Renata Ferreira (Renata Ferreira), escrevente Juramentada o Subcrevo..


PATRICIA DE FUCIO LAGES DE LIMA

Juíza de Direito Substituta

04 DEZ 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

INSTALAÇÃO

Na terça-feira (27/11) foi instalada, em Ponta Grossa, a 4ª Vara Criminal que terá competência específica em crimes contra crianças, adolescentes, idosos e violência doméstica e familiar contra a mulher. Esta é a terceira Vara especializada nestes crimes instalada no Estado. A solenidade aconteceu no Tribunal do júri do Fórum local e foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto.

INSTALAÇÃO 2

A solenidade de instalação da 2ª Vara Cível da comarca de Irati foi presidida pelo desembargador Miguel Kfourri Neto, presidente do TJPR, na terça-feira, (27/11). Após o descerramento da placa alusiva à instalação da 2ª Vara Cível da comarca de Irati, o presidente Miguel Kfourri fez um balanço das ações que foram realizadas nos últimos anos para tornar a justiça mais próxima das pessoas. O desembargador comentou que permanece na presidência do TJPR até janeiro e que antes de deixar o cargo, serão instaladas 40 novas varas e inauguradas novas sedes para 13 fóruns.

INSTALAÇÃO 3

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfourri Neto, instalou, em cerimônia realizada na sexta-feira (23/11), a Vara da Infância, Juventude, Família e Anexos do Foro Regional de Piraquara. Com a instalação da Vara da Infância, que foi desmembrada da Vara Criminal, o Foro Regional de Piraquara conta agora com uma Vara Cível, uma Vara Criminal e uma Vara da Infância e Juventude, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, além de um Juizado Especial e Criminal, para o atendimento a uma população de mais de 93 mil habitantes e em torno de 30 mil processos em andamento.

PROJUDI NO 2º GRAU

A partir do dia 3 de dezembro o sistema Projudi passa a funcionar no 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Paraná na forma de Projeto Piloto. Os processos em trâmite pelo Sistema Projudi nas Varas de Família, assim como já ocorre com os Juizados Especiais, poderão tramitar de forma eletrônica em grau de recurso, contudo, por enquanto, serão recepcionados eletronicamente apenas os processos que se destinem à 11ª Câmara Cível e à 12ª Câmara Cível, em razão da matéria de sua especialização. Posteriormente, finalizado o período de testes do sistema em 2º grau, será disponibilizada às demais câmaras a possibilidade de tramitação eletrônica dos feitos oriundos do 1º grau de jurisdição.

HOMENAGEM

Dezenas de pessoas, entre magistrados, promotores e servidores, reuniram-se na quarta-feira (28/11) no Fórum Criminal de Curitiba para confraternizar e agradecer ao presidente do TJPR, desembargador Miguel Kfourri Neto, pela gestão voltada especialmente à magistratura do 1º grau.

VISITA

O desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação recebeu na sexta-feira (30/11), uma visita de cortesia da delegação do Superior Tribunal Popular da Província de Jiangsu – China. De acordo com o diretor da Divisão de Chefia de Juízes, Ma Hesong, o objetivo da visita, além de trocar ideias, experiências e estreitar a relação entre os países, também é de conhecer e estudar a magistratura brasileira. A delegação chinesa pretende conhecer o processo e o mecanismo de seleção e administração de juízes, bem como o sistema de promoção e as garantias profissionais, entre outros assuntos relacionados.

CIDADÃO HONORÁRIO

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Noeval de Quadros, receberam na terça-feira (27/11) o título de Cidadão Honorário de Ponta Grossa, em sessão solene realizada no plenário da Câmara Municipal. A homenagem foi prestada pelo reconhecimento da comunidade ao importante trabalho dos magistrados no estado, pelos relevantes serviços realizados na comarca e pela diferença que fizeram na história do município.

ORDEM DE SERVIÇO

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, assinou na quarta-feira (28/11) a ordem de serviço para construção do novo Fórum na comarca de Xamburé, que também abrange o município de Alto Paraíso. Com área de 1.545 metros quadrados o novo prédio foi orçado em R\$ 2.938.696,21, com recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). O projeto arquitetônico do Fórum foi elaborado pela arquiteta Célia Reback e a obra está sob a responsabilidade da engenheira Janaina Setim Motter, ambas do Departamento de Engenharia e Arquitetura do TJ.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito, João Henrique Coelho Ortolano (1º grau) e Roberto Portugal Bacellar (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 3 a 10 de dezembro. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323-6767.

04 DEZ 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Concorrente é obrigada a indenizar empresa por uso indevido de marca

O uso não autorizado de marca registrada por concorrente gera prejuízos de ordem material e moral, na medida em afeta a imagem e o nome comercial da empresa que detém os direitos perante os clientes. Com este fundamento, a 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul condenou a Bigfer Indústria e Comércio de Ferragens Ltda a pagar R\$ 30 mil, por danos morais, à BMZAK Beneficiamento Metal Mecânico Ltda, sediada em Caxias do Sul.

O relator das Apelações, desembargador Ney Wiedemann Neto, disse que nesta espécie o dano moral é presumível; ou seja, não é necessária a comprovação dos danos. Ele citou precedente do Superior Tribunal de Justiça, da lavra da ministra Nancy Andrighi, na REsp 466.761-RJ: “a prática de falsificação, em razão dos efeitos que irradia, fere o direito à imagem do titular da marca, o que autoriza, em consequência, a reparação em danos morais”.

A Bigfer, com sede em Farroupilha, já havia sido condenada em primeiro grau a pagar dano material por ter utilizado indevidamente a marca “Minifix” — palavra criada a partir das palavras “mini” (pequeno) e “fix” (fixadores) —, registrada pela segunda desde setembro de 2005 no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). A contrafação — reprodução e uso não autorizados de marca registrada — ocorria desde 1996.

04 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Gravações apontam esquema que manipula precatórios em Estados

Grampos flagram conversas que insinuam desvio de recursos

FLÁVIO FERREIRA
JULIO WIZIACK
TONI SCIARRETTA
DE SÃO PAULO

Grampos telefônicos feitos pela Polícia Federal apontam que a quadrilha investigada na Operação Durkheim pode ter montado um esquema para ganhar dinheiro em licitações e precatórios (dívidas de órgãos da administração reconhecidos pela Justiça) em diversos Estados.

O grupo criminoso já é investigado pela suposta remessa ilegal de recursos ao exterior e quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico.

Entre as vítimas estão o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD), o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), e Luiz Antonio Pagot, ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

A PF gravou telefonemas entre o vice-prefeito eleito de Nazaré Paulista (SP), Itamar Ferreira Damiano (PSC), apontado como um dos pivôs da quadrilha, e dois assessores.

Nas conversas, eles insinuam que os recursos de precatórios, cerca de R\$ 2 milhões, poderiam ser usados na campanha do vice, eleito na coligação com Junior (PT).

Os grampos mostram que, em julho e agosto, Damiano e seus assessores negociavam com o governo do Amazonas,

onde o vice-prefeito disse que “fala com Deus”.

Em um dos telefonemas, José Carlos Ayres, um dos assessores, liga para Damiano de Manaus (AM) e diz que “o governador, o senador, todo mundo” participava de um seminário. Ele insinua que iria aproveitar a oportunidade para abordá-los.

PEDIDO

O vice-prefeito, então, faz um pedido: “Tenha cuidado (...) com o negócio que eu tenho que falar, que o secretário de planejamento foi uma indicação minha”.

Dois dias depois, em outra ligação, Damiano diz que a situação estava resolvida: “Tá

publicado. (...) Já foi feito o empenho, o governador já empenhou. (...) Deixa passar um pouquinho pra ver o dia do cheque”. Nas escutas, eles não citam nominalmente o governador, Omar Aziz (PSD).

Os recursos a que se refere Damiano seriam liberados em 3 de agosto, dia em que uma série de créditos suplementares foi publicada no “Diário Oficial” do Estado com a assinatura do governador.

As gravações revelaram outra negociação no Rio de Janeiro, mas, segundo Ayres, ela estava parada. O grupo também atuaria com licitações e buscou doações para a campanha com empresas, como a CCR.

CONTROLADO

Governo nega irregularidade em operações

DE SÃO PAULO

Por meio de sua assessoria, o governador do Amazonas Omar Aziz afirmou que não conhece Itamar Damiano, vice-prefeito eleito de Nazaré Paulista (SP). Segundo Aziz, o secretário de Planejamento foi convidado por ele e dispensou indicação.

“Por 15 anos, ele ocupou o cargo de Delegado da Receita Federal no Estado. É um profissional publicamente reconhecido”, disse.

A reportagem não recebeu resposta do secretário. O governador também negou ter emitido qualquer empenho a pedido de Damiano.

A **Folha** tentou ouvir Damiano, mas não conseguiu contato com a família e advogados até o fechamento desta edição. A CCR negou ter feito doações.

04 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Acusado de matar juíza no Rio será julgado hoje

Patrícia Acioli foi morta em agosto de 2011 em Niterói; cabo fez delação premiada

Começa hoje, às 8h, o primeiro júri popular de um dos acusados de matar a juíza Patrícia Acioli, 47, em agosto de 2011 em Niterói, no Rio. Réu confesso, o cabo Sérgio Costa Junior será julgado na 3ª Vara Criminal da cidade.

Outros três réus —Junior Cezar de Medeiros, Jefferson de Araújo Miranda e Jovanis Falcão Junior— serão julgados em 29 de janeiro. No total, 11 PMs serão julgados.

DELAÇÃO PREMIADA

Sérgio Costa será julgado separadamente por ter o benefício da delação premiada, que é concedido a um crimi-

noso delator, que aceita colaborar na investigação.

“A expectativa é reduzir ao máximo a pena dele —em até dois terços. Seria até uma forma de incentivar, no futuro, eventuais criminosos a ajudar nas investigações”, disse o advogado Jorge Alexandre de Castro Mesquita, que defende o policial militar.

Segundo ele, três ou quatro testemunhas de defesa devem ser ouvidas hoje. Outras cinco testemunhas de acusação também prestarão depoimento. O promotor Leandro Navega, também acredita na hipótese de redução de pena.

Segundo ele, isso pode acontecer se o réu der mais detalhes do crime.

Eleição em SP teve comparecimento de 62% dos advogados

DE SÃO PAULO - A OAB-SP divulgou ontem o resultado oficial das eleições de quinta-feira. A proclamação oficial está marcada para hoje, às 16h. Marcos da Costa foi eleito com 38,4% dos votos, seguido por Alberto Toron (35,2%) e Ricardo Sayeg (20,5%). Houve 4,7% de votos nulos e 1,2% em branco.

De um universo de 250 mil advogados no Estado, foram às urnas 155.737 profissionais (pouco menos de dois terços do total). A OAB-SP anunciou portaria que cria uma comissão para estudar o voto eletrônico via internet para as próximas eleições, em 2015.

TRF nega pedido do Ministério Público para prender empresário

DE BRASÍLIA - O Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou, por 2 votos a 1, pedido do Ministério Público Federal e manteve Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, solto.

A Procuradoria pediu que o tribunal voltasse a determinar a prisão de Cachoeira, por conta da ação penal recorrente da

Operação Monte Carlo.

Votaram pela liberdade de Cachoeira os desembargadores Tourinho Neto e Candido Ribeiro. O voto pelo reestabelecimento da prisão veio da juíza Monica Sifuentes. Segundo a defesa de Cachoeira, houve excesso de prazo na prisão preventiva do empresário.

04 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Ação contra Curió por sequestro é suspensa

Militar responde a processo por crimes que teriam sido feitos na Guerrilha do Araguaia

O desembargador Olindo Herculano de Menezes, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Brasília), aceitou uma liminar para suspender uma ação penal contra o coronel da reserva Sebastião Rodrigues Curió, 77.

Ele é acusado de ter cometido o sequestro e cárcere privado de cinco militantes de esquerda em 1974, durante a Guerrilha do Araguaia.

A ação contra Curió foi aberta em agosto pela Justiça Federal em Marabá (PA).

Também responde à ação o tenente-coronel da reserva Lício Maciel, 82.

Ambos participaram da repressão ao grupo armado que atuou na divisa de Tocantins (na época Goiás), Pará e Maranhão entre 1972 e 1975.

Em março, uma ação contra Curió já havia sido rejeitada, mas o Ministério Público Federal recorreu e conseguiu mudar a decisão.

De acordo com a Procuradoria, essa é uma ação inédita contra um militar por crimes que teriam ocorrido durante a ditadura (1964-1985).

A defesa do coronel recorreu ao TRF com um habeas corpus, argumentando que a Lei da Anistia não permite a abertura de ação do tipo.

Em sua liminar, Herculano de Menezes rebateu o argumento do Ministério Público de que o caso deve ser investigado em uma ação penal, já que a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil, em 2010, por não ter investigado a morte de 62 pessoas na guerrilha

“A investigação tem o sentido apenas de propiciar o conhecimento da verdade histórica, para todas as gerações, de ontem e de hoje, o que não se submete a prazos de prescrição”, afirma o desembargador, na decisão publicada semana passada.

A mérito da questão ainda vai ser analisado pelos desembargadores da 4ª Turma do TRF.

FOLHA DE S. PAULO

A pedidos

JANIO DE FREITAS

Cantor-ministro Luiz Fux faz uma espécie de 'back voice' dos votos entoados por Joaquim Barbosa

04 DEZ 2012

ALÉM DO guitarrista, cantor, praticante de jiu-jitsu e ministro Luiz Fux, outro dos integrantes do Supremo Tribunal Federal recorreu em pessoa a José Dirceu para favorecê-lo na indicação ao tribunal. Restaram duas diferenças entre as nomeações alcançadas. Mas logo extintas na prática dos votos trazidos pelos nomeados.

O ministro Luiz Fux diz-se convicto, como se viu na esplêndida entrevista/reportagem feita por Mônica Bergamo, de que José Dirceu o ouviu, mas não o apoiou. Vale a convicção declarada, embora incerta. À época em que foi procurado, José Dirceu já era réu no processo do mensalão. E vicejava, por aquela altura, uma outra convicção: a de que Luiz Fux emitira sinais contrários à condenação de Dirceu.

No outro caso, o apoio de José Dirceu não foi posto sob ressalvas. A rigor, nem foi reconhecido ou negado por quem o buscou. Assim como disse para uma de suas condenações a Dirceu, o ministro Joaquim Barbosa "não pode ter deixado de saber" que sua procura pelo apoio já deixou de ser segredo.

O advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, chamado de Kakay, confirma e conta com os devidos pormenores que o então procurador Joaquim Barbosa lhe pediu para levá-lo a José Dirceu. E Dirceu, por sua vez, tanto confirma haver recebido Joaquim Barbosa como o motivo da conversa. E nem sequer insinua que lhe te-

nha negado apoio quando da escolha final por Lula.

Se houve, a diferença de trampolins anulou-se no pouso. Nas votações, o cantor-ministro faz uma espécie de "back voice" dos votos entoados pelo ministro Joaquim Barbosa, cantores da mesma música. Ainda bem que desacompanhada dos acordes para lá de primários, na luta de Luiz Fux com a guitarra.

A partir do relato de Almeida Castro chega-se a uma consonância mais fértil. Aquele Joaquim Barbosa do recurso a José Dirceu é o que defendeu, há pouco, no seu discurso de posse como presidente do Supremo, que as carreiras de magistrado se desliguem da relação com políticos. Pelo sistema em vigor, são os políticos quem os eleva no decorrer da magistratura.

Pelo relato do advogado, a resposta de Dirceu à sua intermediação foi que receberia Joaquim Barbosa, mas um dos seus objetivos no governo era a mudança no modo de se escolherem os ministros do Supremo. Para acabar com as nomeações por meio de pedidos a políticos e pressões sobre presidentes.

*Não parecem afirmações do que acusa e do que é acusado de querer destruir a independência dos Poderes. Nem parece possível que o ministro Luiz Fux seja seguidor milimétrico do acusador, apesar da caça à nomeação como a descreveu à **Folha**. Da qual é impos-*

sível não reproduzir ao menos esta admissão inigualável: ... "alguém me disse: 'Olha, o Delfim é uma pessoa ouvida pelo governo'. Aí eu coleí no pé dele [risos]".

É isso mesmo. Nada de perder a tranquilidade. "Seria um absurdo condenar alguém sem provas. Eu não teria condições de dormir se fizesse isso". Como, nos julgamentos, tantos possíveis indícios são elevados pela vontade a provas irrefutáveis, estão disponíveis modernos indutores de sono.

PAINEL

Liturgia 1 Colegas de Luiz Fux no STF esperam que o ministro use a sessão de turma, hoje, para explicar detalhes dos encontros com próceres petistas que admitiu à **Folha** ter tido durante sua campanha pela nomeação.

Liturgia 2 Pegou mal principalmente Fux atribuir sua proximidade com o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci a uma decisão que proferiu quando era do STJ.

FOLHA DE S. PAULO

IVAR HARTMANN

DIEGO WERNECK

Senado deve fiscalizar rota política até o Supremo

04 DEZ 2012

Quem é preciso conhecer para ser nomeado ministro do STF? O que é preciso dizer? Até a indicação, o caminho é longo —e misterioso.

Com base na Lei de Acesso à Informação, o grupo de ONGs Articulação Justiça e Direitos Humanos pediu à Presidência detalhes do processo de indicação do próximo ministro. Na **Folha** de domingo, o ministro Luiz Fux trouxe detalhes preocupantes sobre como funcionam as candidaturas ao Supremo.

Fux afirma que, para ser indicado, buscou “o maior apoio político possível” e “colou no pé” de pessoas com influência no governo.

Seu currículo foi levado à Presidência por seu amigo Sérgio Cabral, governador do Rio. Como ministro do STJ, por sua atuação em decisões importantes favorecendo a Fazenda e mediando conflitos de terras, buscou o apoio de Antonio Palocci e João Stédile, respectivamente.

Afirmou, enfim, ter procurado o apoio de José Dirceu, mas sem promessas quanto ao mensalão. Mesmo após sua confirmação esteve com outro réu, João Paulo Cunha.

Essas informações deveriam ter sido reveladas antes —na sabatina do Senado. Todos os indicados deveriam responder: com quem conversou nesse processo? Quem

apoiou sua candidatura? São seus amigos íntimos? Por que se sentiu confortável para pedir seu apoio? Qual o teor das conversas? As respostas revelariam práticas nocivas à democracia na escolha para o órgão máximo do Judiciário.

Essa escolha não é só questão de saber jurídico. Ao Senado, órgão político, compete fiscalizar o processo político da nomeação. Elemento fundamental disso é o percurso realizado pelo candidato, longe dos holofotes.

Nos EUA, por exemplo, essas questões são respondidas por escrito, antes da sabatina. Não é desrespeito ao indicado. Só fortalece a legitimidade do processo.

O país logo conhecerá o sucessor do ministro Ayres Britto. Os senadores poderão ajudar a esclarecer como ocorreu a nomeação. A própria presidente Dilma terá a oportunidade de patrocinar uma nomeação republicana, na qual o candidato não precise pedir bênção àqueles que julgou e irá julgar.

IVAR HARTMANN e DIEGO WERNECK são professores da FGV-Direito Rio

04 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Execução da punição a réus pode ficar nas mãos do STF

Atribuição seria do relator do caso e presidente da corte, Joaquim Barbosa

Celso de Mello diz que tarefa não pode ser de juízes de 1ª instância, interpretação que tem vigorado até agora

A execução das penas dos condenados no julgamento do mensalão pode ser feita pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e relator do caso, Joaquim Barbosa, em vez de ser enviada para os juízes da primeira instância.

Nos bastidores do Supremo, essa tese vem ganhando força e foi apresentada aos colegas pelo decano da corte, ministro Celso de Mello.

A ideia inicial, já manifestada por Barbosa em entrevistas, era que os juízes nos Estados ficassem com a tarefa de determinar onde as penas serão cumpridas e quem teria direito a eventuais benefícios, como a progressão de um regime fechado para um semiaberto.

Alguns ministros entendem que delegar essa função tiraria um trabalho extra do tribunal, que já ficou metade do ano de 2012 se dedicando quase que exclusivamente à análise do mensalão.

Além disso, os magistrados especializados em execução penal conhecem a realidade e especificidades dos locais onde os condenados cumpriam suas penas.

REGIMENTO

O problema é o que determina o artigo 21 do regimento do Supremo. O texto diz que cabe ao ministro relator “executar e fazer cumprir os seus despachos, suas decisões monocráticas, suas ordens e seus acórdãos transitados em julgado, bem como determinar às autoridades judiciárias e administrativas providências relativas ao andamento e à instrução dos processos de sua competência”.

Esse artigo até permite que o ministro do Supremo delegue atribuições a um juiz de primeira instância, mas também de forma clara limita essa terceirização “para a prática de atos processuais não decisórios a outros tribunais e a juízes de primeiro grau de jurisdição”.

Ou seja, o Supremo pode até delegar alguns atos, mas as principais decisões (locais, progressão de regime etc.), continuariam tendo de ser tomadas pelo ministro relator, que hoje preside o STF.

Integrantes do Supremo ouvidos pela **Folha** disseram, no entanto, que a medida não representaria um acúmulo de trabalho para Barbosa, que conta com uma equipe de juízes auxiliares.

Parte dos ministros argumenta que seria melhor o Supremo tomar conta para uniformizar a aplicação das condenações.

BARBOSA

Barbosa se mostrou rigoroso na análise do caso, o que leva colegas a especular que ele manteria esse estilo caso fique com a tarefa de executar as punições. Já a postura de juízes estaduais é incerta.

O ministro Marco Aurélio Mello avalia que o Supremo terá problemas para executar as penas. “Pode ficar com o Supremo ou na primeira instância, mas é um pouco complicado porque os réus estão em domicílio diverso”, avalia o ministro.

A decisão sobre o controle das penas pode ser tomada individualmente ou ser submetida ao plenário.

A medida terá efeito para os 25 réus que foram condenados no julgamento.

O caso está na reta final. Os ministros ainda precisam definir se haverá perda dos mandatos dos três deputados condenados e se os crimes do esquema tinham um único propósito, o que pode diminuir o tempo das penas.

CONTINUA

AS PENAS DO MENSALÃO

Veja o que os ministros do STF definiram para os principais condenados

VÃO PRESOS

Somente os réus condenados a mais de 8 anos vão para o regime fechado, em uma prisão. Cumprido 1/6 da sentença, porém, eles podem passar o restante da pena em regime semiaberto e, depois, aberto, se apresentarem bom comportamento

Réu	Crimes	Multa (R\$)	Penas
 José Dirceu ex-ministro da Casa Civil	> Formação de quadrilha > Corrupção ativa	 676 mil	Pena de prisão: 10 anos e 10 meses Quanto tempo fica preso em regime fechado: 1 ano, 9 meses e 10 dias
 Delúbio Soares ex-tesoureiro do PT	> Formação de quadrilha > Corrupção ativa	 325 mil	Pena de prisão: 8 anos e 11 meses Quanto tempo fica preso em regime fechado: 1 ano, 5 meses e 25 dias
 Marcos Valério Fernandes de Souza empresário	> Formação de quadrilha > Corrupção ativa > Lavagem de dinheiro > Peculato > Evasão de divisas	 2,8 milhão	Pena de prisão: 40 anos, 4 meses e 6 dias Quanto tempo fica preso em regime fechado: 6 anos, 8 meses e 21 dias
 Kátia Rabello dona do Banco Rural	> Formação de quadrilha > Lavagem de dinheiro > Gestão fraudulenta > Evasão de divisas	 1,5 milhão	Pena de prisão: 16 anos e 8 meses Quanto tempo fica preso em regime fechado: 2 anos, 9 meses e 10 dias
 João Paulo Cunha deputado federal (PT-SP)	> Corrupção passiva > Lavagem de dinheiro > Peculato	 360 mil	Pena de prisão: 9 anos e 4 meses Quanto tempo fica preso em regime fechado: 1 ano, 6 meses e 20 dias

REGIME SEMIABERTO

Réus condenados a penas entre 4 e 8 anos podem trabalhar durante o dia e dormir na prisão, mas a definição dos locais em que a sentença será cumprida dependerá dos juízes que acompanharão a execução das penas

 José Genoíno ex-presidente do PT	 Roberto Jefferson ex-deputado federal (PTB-RJ)
Crimes: > Formação de quadrilha > Corrupção ativa	Crimes: > Corrupção passiva > Lavagem de dinheiro
Multa (R\$):  468 mil	Multa (R\$):  721 mil
Penas: Pena de prisão: 6 anos e 11 meses Quanto tempo fica preso em regime fechado: 6 anos e 11 meses	Penas: Pena de prisão: 7 anos e 14 dias Quanto tempo fica preso em regime fechado: 7 anos e 14 dias

FASE FINAL

Ministros estão divididos sobre a quem cabe executar pena dos condenados

- Possibilidade 1**
Juízes de primeira instância passam a decidir sobre a execução das penas (como onde elas serão cumpridas, por exemplo)
- Possibilidade 2**
Todas as decisões sobre a execução das penas são tomadas pelo relator do processo, o ministro Joaquim Barbosa

? **O que diz o regimento do STF**
O relator de um caso pode até delegar alguns atos menos importantes às instâncias inferiores, mas as principais decisões (como locais de prisão e progressão de regime, por exemplo), continuariam tendo que ser tomadas pelo ministro que relatou o processo

04 DEZ 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Reajuste nos cartórios

O Tribunal de Justiça aprovou, para ser colocado logo em votação na Assembleia Legislativa, o anteprojeto que revisa as custas judiciais e os valores cobrados em cartórios, com aumentos que chegam a 2.300%. O presidente da Alep, deputado Valdir Rossoni, que vai colocar o projeto na pauta de votação assim que for encaminhado pelo TJ, disse que as custas já estão muito altas.

04 DEZ 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo derruba supersalário no TCM

● Economia

R\$ 300 mi

rendeu a redução dos vencimentos de 96 servidores ativos e inativos que ganhavam supersalários no Legislativo paulistano. A economia se refere a seis meses de corte.

Decisão de Joaquim Barbosa acaba com pagamento acima do teto para 168 servidores

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, derrubou ontem decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) de novembro, que determinava o pagamento de salários acima do teto constitucional para 168 servidores do Tribunal de Contas do Município (TCM) de São Paulo.

A decisão do TJ-SP suspensa por Barbosa também determinava o pagamento, de uma só vez, da diferença acumulada de abril até novembro entre o teto constitucional e o contracheque original dos servidores – um montante de cerca de R\$ 13 milhões. Os servidores do TCM tiveram os supersalários reduzidos em abril, por decisão do presidente do TCM, Edson Simões. Alguns deles tinham contracheques superiores a R\$ 50 mil, mais que o dobro do teto constitucional, que na cidade equivale ao salário do prefeito, Gilberto Kassab (PSD), hoje em R\$ 24.117,62.

À época, Simões amparou a decisão na Emenda Constitucional 41/03, que define o teto do funcionalismo em todo o País, e na Lei Municipal 15.401/11, que estabeleceu o valor do subsídio do prefeito da capital paulista.

Recurso. Insatisfeitos, 168 servidores que ganhavam acima do teto, assessorados pelo escritó-

rio Duarte Garcia, Caselli Guimarães e Terra, recorreram à Justiça. Alegaram que o corte lhes causava “danos gravíssimos, abalando toda a estrutura familiar” e lembravam que tinham “compromissos e obrigações para honrar”. Afirmavam ainda que seus holerites eram “direito adquirido” e não poderiam ter os vencimentos reduzidos.

O Órgão Especial do TJ-SP acolheu o argumento dos servidores e determinou, no fim de novembro, por 12 votos a 7, que a redução dos vencimentos era inconstitucional. A decisão, no entanto, acabou suspensa por Barbosa até que o Supremo discuta o mérito da questão.

O TCM afirmou, por meio de nota, que recorreu ao Supremo por “questões econômicas” e a concessão da liminar era “o esperado e o correto”. O advogado dos servidores, Luis Eduardo Menezes Serra Netto, afirmou que aguardava a decisão de Barbosa com “curiosidade, pois não dá para saber para que lado ele vai correr” e que recorrerá.

Demora. A batalha para aplicar um teto remuneratório ao funcionalismo público começou em 1998, quando foi editada a primeira emenda constitucional para regulamentar o tema. Na capital paulista, a limitação salarial virou realidade somente no ano passado,

com a edição da lei municipal que definiu o valor do subsídio do prefeito.

Em abril, além do TCM, a Câmara Municipal de São Paulo também impôs o teto e reduziu os vencimentos de 96 servidores ativos e inativos que ganhavam supersalários. A lista, revelada pelo Estado, incluía um contracheque de R\$ 46 mil pago a um procurador legislativo.

Servidores da Câmara acionaram a Justiça contra o teto constitucional e, assim como no caso do TCM, o TJ-SP decidiu favoravelmente aos funcionários, determinando a volta dos supersalários. A Câmara recorreu e ainda aguarda decisão do STF.

04 DEZ 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Clubes têm de aceitar gays, diz Justiça

Após dois anos, médico consegue incluir companheiro como dependente no Paulistano, um dos mais tradicionais de São Paulo

A partir de agora, clubes não podem impedir que sócios incluam companheiros do mesmo sexo como dependentes em título familiar. A decisão, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), foi proferida na quinta-feira e diz respeito ao casal de médicos Ricardo Tapajós Martins Coelho Pereira, de 48 anos, e Mario Jorge Warde Filho, de 41.

O médico infectologista Ricardo Tapajós é sócio do Club Athletico Paulistano e, em janeiro 2010, pediu a inclusão de seu companheiro como dependente no título familiar. A decisão só foi tomada cerca de sete meses depois, no dia 26 de agosto. Em assembleia no clube, 150 votos foram contrários ao pedido, diante de apenas 2 favoráveis à inclusão. "Se fosse Maria, e não Mario, em sete dias eu já estaria matriculado. Foi o caso da ex-companheira do Ricardo", diz o cirurgião plástico Mario Warde.

Diante da negativa, Tapajós entrou na Justiça. Na 11.^a Vara Civil do Foro Central de São Paulo, a decisão foi favorável ao casal. O clube, porém, entrou com recurso no TJ-SP.

O clube, um dos mais tradicionais e fechados de São Paulo, alegou que segue o Código Civil, segundo o qual só existe relação estável entre homem e mulher. Também afirmou que o Estado não pode se intrometer em assuntos de interesse de entidade privada. Por fim, assegurou em sua defesa que qualquer mudança no estatuto do clube só poderia ser feita por meio de assembleia dos associados.

O relator do caso na 6.^a Câmara de Direito Privado do Tribunal, desembargador Fortes Barbosa, não aceitou nenhuma das

● Decisão

FÁBIO ABRÃO

ADVOGADO DO CASAL

"O clube alegava que o estatuto não previa união estável entre homossexuais, interpretação que traduzia uma intenção de negar o acesso, escorando-se em um formalismo exacerbado. Isso foi desbancado na Justiça."

alegações. Lembrou que o Estado tem a obrigação de garantir o respeito aos direitos fundamentais das pessoas não só nas suas relações diretas com os cidadãos. Deve protegê-los também nas relações entre pessoas físicas e jurídicas. Em outras palavras, nenhuma associação civil pode agir à revelia da lei.

Quanto à lei, o relator lembrou que ela reconhece a união homoafetiva como família. Citou a decisão do Supremo Tribunal Federal, de 2011, que diz o seguinte: "os casos de união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo não diferem em nada dos casos entre heterossexuais". Quanto à assembleia do clube, o relator concluiu ser desnecessária, porque nenhuma decisão dela pode se opor às leis do País.

A decisão foi recebida com alegria pelo casal. "Ficamos muito contentes e orgulhosos, pois é uma abertura de portas. Agora estamos criando uma jurisprudência e, passo a passo, vamos assegurando um espaço de normalidade", diz Warde. Ele se diz satisfeito porque outros casais gays já não terão de passar por esse problema.

Warde conta que ele frequenta habitualmente o clube como convidado de Tapajós. Para isso, paga à parte e não pode usar muitos dos serviços oferecidos

pelo local, como a academia ou o cinema. Ele relata que a maioria dos sócios apoia o casal.

"Quando ganhamos em primeira instância, meu Facebook foi invadido por sócios do clube com cartas de felicitação, dizendo que era para eu me sentir em casa lá. Temos muitos amigos e colegas que apoiam a causa", diz. Para ele, a assembleia que negou sua inclusão não representa a vontade dos sócios.

O advogado Fábio Simões Abrão, que representa o casal, afirma que, após a publicação do acórdão, haverá um prazo de 15 dias no qual o clube ainda poderá entrar com mais um recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou no Supremo Tribunal Federal (STF). "Gostamos muito da decisão, é uma decisão de vanguarda, pioneira na tutela dos direitos fundamentais do ser humano", diz Abrão.

Para ele, o caso vai servir como precedente para situações semelhantes. "Mas dificilmente outro clube vai ter essa postura, até por ver que o TJ já se posicionou a favor. Opor-se a uma situação dessas é discriminação clara e inequívoca", diz.

Posição oficial. Em nota, o clube afirmou que, "em respeito aos seus associados e aos envolvidos na questão, reafirma sua inteira disposição em cumprir a decisão judicial, na forma da lei". De acordo com a assessoria de imprensa, o clube não deve recorrer. "Decisão judicial se cumpre; não se discute", informa a nota.

04 DEZ 2012

O ESTADO DE S. PAULO

No Rio, será julgado um dos PMs acusados de matar juíza

Cabo que confessou e revelou detalhes é o 1º dos 11 policiais militares envolvidos na execução de Patricia Acioli a ir a júri. Quase um ano e quatro meses após o assassinato da juíza Patricia Lourival Acioli, em Niterói, na Região Metropolitana do Rio, o primeiro dos 11 PMs acusados de envolvimento no crime começará a ser julgado hoje. O cabo Sérgio Costa Júnior estará sozinho no banco dos réus, por ter situação jurídica diferenciada em relação aos demais acusados – ele confessou o crime e revelou detalhes em juízo.

Denunciado por homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha armada, Costa Júnior pode ser condenado a até 36 anos de cadeia, mas deve ter a pena reduzida de um terço a dois terços por causa da delação premiada. Ele foi o único réu a aguardar o julgamento em uma cela da Delegacia Antissequestro, na zona sul do Rio.

Oito PMs estão em presídios estaduais. Dois acusados estão em penitenciárias federais de segurança máxima: o tenente-coronel Claudio Luiz Silva de Oliveira, comandante do batalhão de PM de São Gonçalo na época do crime, onde os acusados eram lotados, e o tenente Daniel Santos Benitez Lopez.

“O Ministério Público não vai concordar com qualquer redução de pena superior à mínima, de um terço. Afinal, dos 21 tiros que atingiram Patricia, Costa Júnior confessou que efetuou 18. Segundo ele, os outros três disparos foram feitos pelo tenente Daniel Santos Benitez Lopez”, disse o promotor Leandro Navega.

Seis testemunhas – três de acusação e três de defesa – foram arroladas para depor. O início da sessão no 3.º Tribunal do Júri de Niterói, que será presidida pelo juiz Peterson Barroso Simão, está marcado para as 8h. A expectativa é de que o veredicto saia na noite de hoje. O esquema de segurança no fórum será reforçado e o acesso, controlado, por causa do limite de assentos.

Defesa. O defensor público Jorge Mesquita, que defende Costa Júnior, disse em nota que o policial manterá a versão apresentada em seu depoimento em juízo. A nota afirma que, “com seu depoimento, o processo sofreu uma reviravolta e o envolvimento agora é de 11 acusados, não mais de apenas três”. O defensor disse ainda que “espera a redução máxima prevista em lei: dois terços da pena”.

04 DEZ 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça do DF mantém Cachoeira em liberdade

O Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, do Distrito Federal, decidiu ontem manter Carlinhos Cachoeira em liberdade. Por dois votos a um, os desembargadores da 3.^a Turma rejeitaram recurso do Ministério Público Federal que desejava colocar Cachoeira na prisão novamente. O contraventor foi solto há duas semanas após ter ficado 265 dias preso, acusado pela Polícia Federal de liderar uma rede de jogos ilegais.

O relator do recurso, desembargador Tourinho Neto, manteve sua decisão liminar segundo a qual a culpa pelo excesso de prazo para o cumprimento de diligências do processo é do juiz de primeira instância, Alderico Rocha dos Santos. O desembargador Cândido Ribeiro acompanhou o voto do relator. A desembargadora Mônica Sifuentes foi a única a se manifestar a favor do retorno de Cachoeira para a prisão. Segundo ela, o próprio tribunal tem entendimento firmado de que o excesso de prazo na instrução de um processo é cabível diante de casos complexos. O Ministério Público ainda não se pronunciou se vai recorrer da decisão.

O colegiado deve apreciar hoje um recurso do MP que cobra nova prisão a Adriano Aprígio, ex-cunhado de Cachoeira, suspeito de ter ameaçado uma procuradora responsável por denunciar criminalmente o contraventor.

04 DEZ 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Para Falcão, mídia e Judiciário são a oposição

O presidente nacional do PT, Rui Falcão, afirmou ontem em discurso que “não dá para avançar no Brasil sem uma reforma do Estado que pegue a questão da mídia monopolizada e o Judiciário conservador”. Segundo ele, “não é possível ter mais democracia no Brasil com o atual sistema político eleitoral, sobretudo se não se conquistar o financiamento público de campanha”.

As declarações do presidente do PT foram feitas durante encontro de prefeitos e vereadores petistas eleitos no Estado do Rio com o pré-candidato ao governo estadual, senador Lindbergh Farias (PT-RJ). O encontro reuniu 11 prefeitos, 12 vices e 84 vereadores do partido.

No discurso, Falcão disse que a “oposição real é aquela que reúne grandes grupos que se opõem a um projeto de desenvolvimento independente, que se opõem ao avanço da revolução democrática e que têm, para vocalizar seus interesses, uma certa mídia que tem partido, tem lado, e que permanentemente investe contra nós”.

Neste momento, ele foi interrompido por uma mulher da plateia. “Porque são financiados por esses grupos”, disse ela. “Era exatamente isso o que eu estava dizendo; obrigado, companheira”, completou Falcão. Para o presidente do PT, os embates em curso – contra o “núcleo do capital financeiro”, entre outros – mostram qual é a oposição realmente existente no País. “Não são DEM, PPS e PSDB; esta é a oposição partidária, que sofreu dura derrota no último pleito”, discursou. Outro “embate” destacado pelo petista foi a questão da medida provisória para bai-

nar o preço da energia.

Falcão disse que os dez anos de governo petista precisam ser marcados pelo lançamento de uma campanha de iniciativa popular para “conquistar a reforma política eleitoral”. “Vamos entrar em 2013 nessa conjuntura de embate”, afirmou.

Corrupção. Depois da reunião, Falcão afirmou que o PT não está envolvido nas acusações da Operação Porto Seguro e que “ninguém mais do que os governos Lula Dilma combateu mais corrupção e tráfico de influência” em comparação com governos anteriores.

Em relação a filiados, disse que, se comprovadas as denúncias, o PT adotará “no momento propício” medidas disciplinares previstas em seu estatuto e código de ética, inclusive a expulsão. “Lamentamos que alguém que estava em um posto de representação do governo federal possa ter dado margem a esse tipo de fatos que a imprensa vem revelando a partir da investigação da PF”, disse, referindo-se a Rosemary Noronha, ex-chefe de gabinete da Presidência em São Paulo.

04 DEZ 2012

TRIBUNAL DO PARANÁ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO nº 66/2012 - TIPO: Menor preço.

Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de 60 (sessenta) servidores corporativos em Rack de pequeno porte.

Destino: Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Data início acolhimento das propostas: 05 de dezembro de 2012.

Data limite acolhimento propostas: 18/12/2012, às 14:00h (horário de Brasília/DF).

Data abertura das propostas: 18/12/2012, às 14:00h (horário de Brasília/DF).

Início da fase de lances: 18/12/2012 às 14:30h (horário de Brasília/DF).

O edital e as especificações do Pregão Eletrônico estarão à disposição das empresas interessadas no "site" do Tribunal de Justiça do Paraná: www.tjpr.jus.br - "Licitações", bem como pelo endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br, nome do cliente "Paraná Tribunal de Justiça", ou por intermédio do portal www.bb.com.br ou, ainda, solicitá-los através do endereço eletrônico: licit@tjpr.jus.br. Informações complementares: Divisão de Licitações - Departamento do Patrimônio, Rua Lysímaco Ferreira da Costa, nº 101, Centro Cívico, Curitiba/PR, fone nº (41) 3254-2002 - r. 836. Curitiba, 03 de dezembro de 2012.

Vitório Garcia Marini
Diretor do Departamento do Patrimônio

JORNAL DO ESTADO

RIO DE JANEIRO

Começa julgamento de acusados de matar juíza

04 DEZ 2012

Quase um ano e quatro meses após o assassinato da juíza Patricia Acioli, em Niterói, na Região Metropolitana do Rio, o primeiro dos 11 PMs acusados de envolvimento no crime começará a ser julgado hoje. O cabo Sérgio Costa Júnior estará sozinho no banco dos réus por estar em situação jurídica diferenciada em relação aos demais acusados - ele confessou o crime e revelou detalhes em juízo.

Denunciado por homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha armada, Costa Júnior pode ser condenado a até 36 anos de cadeia, mas deve ter a pena reduzida de um terço a dois terços devido ao mecanismo da delação premiada. Ele foi o único réu a aguardar o julgamento em uma cela da Delegacia Antissequestro, na zona sul do Rio. Oito PMs estão em presídios estaduais. Dois acusados estão em penitenciárias federais de segurança máxima: o tenente-coronel Claudio Luiz Silva de Oliveira, comandante do batalhão de PM de São Gonçalo na época do crime, onde os acusados eram lotados, e o tenente Daniel Santos Benitez Lopez.

“O Ministério Público não vai concordar com qualquer redução de pena superior à mínima, de um terço. Afinal, dos 21 tiros que atingiram Patrícia, Costa Júnior confessou que efetuou 18.

Segundo ele, os outros três disparos foram feitos pelo tenente Daniel Santos Benitez Lopes”, disse o promotor Leandro Navega. Seis testemunhas - três de acusação e três de defesa - foram arroladas para depor. mente a justiça seja feita”.

04 DEZ 2012

JORNAL DO ESTADO

TRT abre concurso para 23 vagas e cadastro reserva

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, no Paraná, abriu concurso público para 23 vagas e formação de cadastro de reserva em cargos de nível médio e superior. Os salários variam de R\$ 4.052,96 a R\$ 8.140,08. São 10 vagas para analista judiciário da área judiciária, cadastro de reserva para analista judiciário - área judiciária - especialidade execução de mandados, analista judiciário - área administrativa, analista judiciário - área apoio especializado - especialidade medicina; analista judiciário - área apoio especializado - especialidade tecnologia da informação.

Outras 12 vagas são para técnico judiciário na área administrativa, 1 para técnico judiciário - área apoio especializado - especialidade tecnologia da informação. As inscrições devem ser feitas das 10h do dia 5 de dezembro até as 14h do dia 21 de dezembro pelo site www.concursos.fcc.com.br. A taxa é de R\$ 72 para analista judiciário e de R\$ 60 para técnico judiciário.

O concurso terá prova de conhecimentos gerais e específicos, prova de redação para analista judiciário e prova prática de capacidade física e prática de direção veicular para técnico judiciário na especialidade de segurança. As provas objetivas e de redação serão nas cidades de Curitiba, Cascavel, Guarapuava, Londrina e Maringá no dia 3 de fevereiro de 2013.

TRIBUNA DO PARANÁ

Fechado

A chuva do final de semana causou também problemas no Edifício Bagé, prédio da Justiça Federal em Curitiba. O subsolo ficou inundado, o que comprometeu os quadros de distribuição, deixando o prédio sem luz. Por conta disso o local ficou sem funcionar ontem. O atendimento ao público e as atividades serão retomadas hoje.

OAB PR

03/DEZ/2012

Seccional mantém posição contrária ao aumento de custas no TJ

Na próxima segunda-feira (3/12) o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por seu Órgão Especial, analisará uma proposta de aumento de custas processuais, bem como dos serviços notariais e registrais. A OAB Paraná já havia enviado uma comunicação ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) contrária ao aumento, divulgada no nosso site no último dia 23 de novembro

Em nova reunião ocorrida na quinta-feira (29) junto ao Corregedor da Justiça, desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo, foram expostas as razões do posicionamento da Seccional. Nesta sexta-feira (30) foi protocolado ofício manifestando claramente os motivos pelos quais não deve ser aprovada aquela proposta de aumento de custas que está em análise no TJ. [Clique aqui](#) para ver o texto do ofício enviado nesta sexta-feira e um quadro comparativo do aumento das custas.

03/DEZ/2012

OAB PR

Cornélio Procópio ganha 2ª Vara do Trabalho e passa a operar o PJe

O município de Cornélio Procópio recebe sua 2ª Vara do Trabalho nesta segunda-feira (3). A unidade será a quarta das 11 novas varas aprovadas pela Lei 12.617/2012 a ser instalada (as outras foram a 2ª de Colombo, a 4ª de Ponta Grossa e a 2ª de Apucarana). A solenidade de inauguração será às 11 horas no Fórum Trabalhista do município: Rua Paraíba, 189, no centro da cidade. A 2ª Vara do Trabalho de Cornélio Procópio funcionará unicamente com o Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT). O sistema foi lançado no Paraná pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, em 19 de outubro, na unidade de Pinhais e no Tribunal.

Em 2011, Cornélio Procópio recebeu 1.815 novas ações trabalhistas. A jurisdição abrange os seguintes municípios: Cornélio Procópio, Assaí, Congoínhas, Leopólis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sertaneja e Uraí. Ainda em 2012, serão instaladas novas varas em Cascavel (10/12) e São José dos Pinhais (17/12).

02/DEZ/2012

Gazeta Regional

Tribunal de Justiça estatiza Vara Cível de Goioerê

Uma solenidade realizada ontem, marcou a estatização da Vara Cível de Goioerê, que atende os quatro municípios da Comarca. A solenidade, presidida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kffouri Neto, contou com a presença de diversas autoridades, entre elas, da juíza diretora do Fórum de Goioerê, Fabiana Matie Sato, da promotora Andréia Bagatini, do vice-prefeito Jose Torres, do presidente da OAB, Aparecido Alves de Araújo e ainda do presidente da Câmara, Mario Faria Filho.

De acordo com a juíza Fabiana Sato, a estatização da Vara Cível atende uma determinação da Constituição Federal e segundo ela, com a mudança, o cartório passa a funcionar sob responsabilidade direta do TJ, uma medida que visa melhorar a qualidade do atendimento jurisdicional. “Estamos otimistas e acreditando que essa mudança será para melhor”, destacou. Conforme a juíza, serão 11 servidores trabalhando para atender as milhares ações que correm no Fórum local, através da Vara Cível.

Em seu pronunciamento, o vice-prefeito Jose Torres falou sobre os benefícios da estatização. “Pelo que entendi e tenho conhecimento, a estatização implica na melhoria do serviço que passa a contar com mais investimentos em estrutura e recursos humanos, visando atender com dignidade e celeridade todos os jurisdicionados”, afirmou.

A cerimônia realizada no salão do Tribunal do Júri também contou com a participação dos desembargadores Luiz Carlos Gabardo e Guilherme Luiz Gomes, bem como dos prefeitos de Moreira Sales, Luiz Volpato e Oslvado Changai, de Quarto Centenário. A vice-prefeita Suely Pereira, de Rancho Alegre D'Oeste, também esteve na cerimônia.

O PRESENTE

01 DEZ 2012



Após 30 anos, comarca amplia número de varas e juízes

Ao longo de quase 30 anos o Poder Judiciário da Comarca de Marechal Rondon contou somente com dois juízes titulares. Desde 1983 a estrutura do fórum sempre foi a mesma no que se refere à quantidade de magistrados, mesmo diante do aumento populacional e ainda com a vultuosa ampliação da tramitação de processos nas duas únicas varas existentes, respectivamente da Infância, Juventude, Família e Criminal; e Vara Cível. Porém, uma solenidade realizada na noite de ontem (30) transformou a realidade do Poder Judiciário local a partir da implantação de duas varas que se desmembraram das anteriores. A instalação da Vara da Infância e da Juventude, Família e Anexos; bem como a Vara dos Juizados Especiais representam um crescimento de 100% no número de unidades judiciárias e juízes titulares: de duas varas agora são quatro. A cerimônia foi presidida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

Após 30 anos, comarca amplia número de varas e juizes

Marechal Rondon passará a ter quatro juizes para ampliar a velocidade de resposta nos processos em tramitação na comarca

Ao longo de quase 30 anos o Poder Judiciário da Comarca de Marechal Cândido Rondon contou somente com dois juizes titulares: Clairton Mário Spinassi e Berenice Ferreira Silveira Nassar. Desde 1983 a estrutura do fórum sempre foi a mesma no que se refere à quantidade de magistrados, mesmo diante do aumento populacional com a contração de Nova Santa Rosa e ainda com a vultuosa ampliação da tramitação de processos nas duas únicas varas existentes, respectivamente da Infância, Juventude, Família e Criminal; e Vara Cível.

Porém, uma solenidade realizada na noite de ontem (30) transformou a realidade do Poder Judiciário local a partir da implantação de duas varas que se desmembraram das anteriores. A instalação da Vara da Infância e da Juventude, Família e Anexos; bem como a Vara dos Juizados Especiais da comarca representam um crescimento de 100% no número de unidades judiciárias e juizes titulares: de duas varas agora são quatro.

A cerimônia, ontem, foi presidida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Miguel Kfouri Neto, e contou com a presença de vereadores e prefeitos dos seis municípios, como o prefeito Moacir Froehlich, do presidente da Câmara de Vereadores, Ilario Hofstaetter (Ila); do presidente da subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), João Cesar Silveira Portela; do promotor Evandro Augusto Dell Agnelo Santos, do vice-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Guilherme Luiz Gomes, do desembargador Luiz Carlos Gabarro, da juíza designada, Mariana dos Santos, dentre outras autoridades do Poder Judiciário, e dos

deputados estaduais Elio Lino Rusch e Ademir Bier, assim como serventuários, advogados e demais convidados.

SOBRECARGA

Na ocasião, as autoridades destacaram a importância do ato, tendo em vista a demanda superior a 20 mil processos existentes na comarca. "Seguramente haverá um significativo alívio da sobrecarga de processos existente sobre os dois juizes", assegurou Portela.

A diretora do Fórum, Berenice Nassar, enalteceu o esforço e o trabalho desempenhado pelo desembargador frente à presidência do Tribunal e que resultou no atendimento de demandas dos municípios da região de Marechal Rondon. "O doutor Miguel foi compreensível, competente e generoso com nossas demandas. Além disso, em todo o Paraná ele adotou ações que oxigenaram as atividades do Judiciário e resgataram a autoestima de nós juizes e serventuários da Justiça", enfatizou.

INÉDITO

Durante o evento, o deputado estadual Elio Rusch lembrou que, na Assembleia Legislativa, teve a oportunidade de contribuir substancialmente com a aprovação do projeto de lei visando à implantação de ambas as varas, em especial à dos Juizados Especiais. "Quando soube que a mensagem do Judiciário estava no Legislativo, atuei para que ela entrasse na pauta, fui relator do projeto no plenário como integrante da Comissão de Justiça. Depois levamos à Comissão de Finanças presidida pelo deputado Ademir Bier, onde ele relatou. Em seguida conseguimos levar o projeto aprovado para que o governador interino, o próprio au-

tor da mensagem, desembargador Miguel Kfouri Neto, sancionasse a lei. E o mesmo também fez a implantação da Vara, o que é um fato inédito no Paraná", descreveu Rusch.

O deputado Ademir Bier também enfatizou e agradeceu o trabalho do desembargador e frisou que ele deixará a presidência do Tribunal, mas levará consigo a gratidão do povo paranaense.

Por sua vez, o vice-presidente do Tribunal lembrou que o Paraná é exemplo de dedicação de seus juizes e serventuários, já que uma avaliação do Conselho Nacional de Justiça apontou que em 2011 o Paraná foi o único Estado que julgou mais processos do que recebeu, com resultado de 107%, relatou Gomes.

CONTINUA

O PRESENTE

CONTINUAÇÃO

01 DEZ 2012

CELÉRIDADE

A diretora do Fórum, Berenice Nassar, assumiu a titularidade da Vara da Infância e Juventude em um momento que, ela ressalta, trata-se de reestruturação da comarca rondonense, que de duas passará a ter quatro varas. Sendo assim, o trabalho que hoje é realizado por dois juízes passará a ser realizado por quatro magistrados. "O reflexo em termos de trabalho é que a prestação jurisdicional poderá ser mais célere", pontua.

A magistrada acrescenta que os juízes continuarão tendo um intenso volume de trabalho, mas a prestação jurisdicional, por ter mais pessoas trabalhando, se dará mais rapidamente à população.

Os juízes que já estão na comarca tiveram o direito de escolher quais das varas gostariam de assumir, com preferência para optarem pelas recém-criadas. Foi assim, por direito e afinidade, que a diretora escolheu ser a titular da Vara da Família. "A escolha ocorreu por uma questão pessoal, de simpatia por esse tipo de trabalho", justifica. Enquanto isso, Clairton Mário Spinassi optou por permanecer na Vara Criminal.

TRÊS PODERES

De acordo com o desembargador Miguel Kfourri Neto, a implantação de 80 varas em todo o Estado, mais 40 que estão em implantação até o final de seu mandato, foi possível devido ao diálogo que existe no Paraná entre os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. "Nós (do Judiciário) temos encaminhado projetos e contamos com o apoio do deputado Rusch, que nos deu uma mão muito grande, levou em mãos o projeto quando eu estava exercendo o governo, para eu sancionar a lei. O governador tem repassado as verbas tempestivamente ao Poder Judiciário e o resultado disso é que a Comarca de Marechal Rondon dobrou em um breve tempo", frisou.

INTERIOR

Durante o mandato de Kfourri Neto, as comarcas do interior tiveram um maior atendimento da Justiça do Paraná. "A nossa principal preocupação sempre foi o primeiro grau de jurisdição porque esta é a Justiça mais próxima do povo, é onde as pessoas se dirigem para ter suas demandas atendidas e querem ver resultados. Por isso agimos em prol dos juízes de primeiro grau. Sempre foi o foco da nossa atenção", concluiu.

Demandas

A comarca foi atendida pelo presidente do Tribunal, Miguel Kfourri Neto, com a criação de duas varas, com a dotação de assessoria nos gabinetes e ainda com a transferência da Comarca de Palotina para a Comarca de Assis Chateaubriand, levando o juiz substituto de Marechal Rondon a atender somente Marechal Rondon e Santa Helena.

Por outro lado, uma reivindicação da mesma "idade" das demais, ressalta Berenice, é a criação da segunda Vara Cível em Marechal Rondon, pois ela tem em torno de 1,5 mil autuações de ações cíveis novas por ano e cerca de dez mil processos em andamento há alguns anos seguidos. "Por isso existem essas reivindicações dos advogados e acredito que vamos continuar pleiteando com esperança de conseguirmos para o próximo ano", finalizou Berenice.

CONTINUA

O PRESENTE
CONTINUAÇÃO

01 DEZ 2012



Na presença de autoridades, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kfoury Neto, declarou implantadas as varas



Autoridades também descerraram a placa simbólica da Vara de Juizados Especiais



Vários advogados, serventuários e convidados marcaram presença ao ato realizado na noite de ontem (30), no Fórum rondonense

Desembargador acredita que demais demandas serão atendidas

Presidente do Tribunal de Justiça confia que a comarca rondonense contará com a criação da 2ª Vara Cível e o novo prédio do Fórum

Durante sua estada em Marechal Cândido Rondon, ontem (30), o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfouri Neto, assegurou que já estão em fase final os trâmites para que seja licitada no ano que vem a construção do novo prédio para o Poder Judiciário da Comarca de Marechal Cândido Rondon, onde são atendidos seis municípios.

Já foram aprovados projetos e recursos, ainda durante o mandato de Kfouri. No entanto, a gestão dele na presidência será encerrada no dia 1º de fevereiro de 2013. "Falei com o diretor de engenharia e arquitetura do Tribunal e obtive a informação de que estão concluídos os projetos complementares e já entrou na fase de licitação da obra", relatou Kfouri Neto.

Segundo ele, a expectativa é de que em março ou abril possa ser licitada a obra e dessa forma poderá ser iniciada ainda na próxima gestão. "Teremos um novo presidente, competantíssimo desembargador, e recomendo aos juizes rondonenses e às forças políticas locais para continuarem a luta pelas suas demandas", enfatizou.

O desembargador apenas lamentou a demora dos trâmites burocráticos que o impediram de dar início à construção do novo fórum em

Marechal Rondon por conta dos prazos, que, na sua opinião, engessam a máquina pública. "Hoje, qualquer prédio leva três anos para ser construído", comentou.

A antiga reivindicação de criação de uma segunda vara cível também tem chances de ser viabilizada, aponta o presidente. "Marechal Cândido Rondon está crescendo e é uma cidade exemplo, por isso acredito que depois de quatro varas, em breve será conseguida a quinta e a cidade terá uma comarca de entrância final. Esse é o futuro de Marechal Rondon", prevê, lembrando que, em sua gestão 11 cidades, entre elas Francisco Beltrão, Pato Branco e Toledo, foram elevadas como comarcas de entrância final. "Eu terminei em fevereiro o meu mandato no Tribunal, mas com certeza essa luta continua com o prefeito, vice-prefeito, vereadores, deputados e vai ser exitosa", frisou.

CÓDIGO PENAL

Mesmo sendo da área Cível, porém prestes a ser desembargador criminal, Kfouri Neto ainda opinou sobre as discussões entorno de mudanças no Código Penal Brasileiro, dentre as quais a redução da maioria penal, uma vez que é grande o índice de criminalidade envolvendo menores de 16 anos. "Entendo que alguém que pode vo-

tar aos 16 anos também pode ter responsabilidade penal. Sou a favor e defendo essa redução da imputabilidade da maioria penal para 16 anos", afirmou.

Sobre o problema da população carcerária no Paraná e no país, o desembargador acredita que ele está sendo combatido. "Sou testemunha que a nossa secretária (da Justiça e da Cidadania do Estado) Maria Tereza (Uille) e o governador Beto Richa estão aumentando o número de presídios no Paraná, pois, inclusive, participei de assinaturas de convênios", atesta Kfouri Neto.

Ele conta que participou da inauguração da unidade penitenciária em Cruzeiro do Oeste, assim como em Curitiba e Londrina. "Várias cidades pelo estado estão recebendo presídios no Paraná, portanto, a situação tem sido enfrentada", assegura.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

CRIMINALIDADE

Indagado se as penas no Brasil são muito brandas e por isso o aumento da criminalidade é uma constante, Kfourri Neto menciona o exemplo dos Estados Unidos, que tem a maior democracia do mundo e também a maior população carcerária. "É um exemplo para a democracia brasileira, mas lá existe a lei dos três crimes: na primeira (infração) o sujeito recebe uma multa, na segunda ele tem pena em regime semiaberto, na terceira, seja qual for a gravidade do crime (a punição), é regime fechado. Claro que a implicação é aumentar a população carcerária", relata.

Por outro lado, o presidente do Tribunal lembra que no Brasil as leis não são elaboradas pelo Judiciário e sim pelo Legislativo. "E pode haver leis muito boas, mas se aplicadas por maus juízes fica ruim, ou o contrário, se a lei é ruim e um juiz a torna melhor", explana.

De qualquer maneira, diz ele, deve haver coincidência entre uma lei um pouco mais severa para que aquele que deve à sociedade pague, desde que com absoluta comprovação.

Presidente do
Tribunal de
Justiça do
Paraná,
desembargador
Miguel Kfourri

Neto:
"Recomendo
aos juízes
rondonenses e
às forças
políticas locais
para
continuarem a
luta pelas suas
demandas"



Autoridades estiveram reunidas na parte da tarde com o desembargador: explanação das demandas

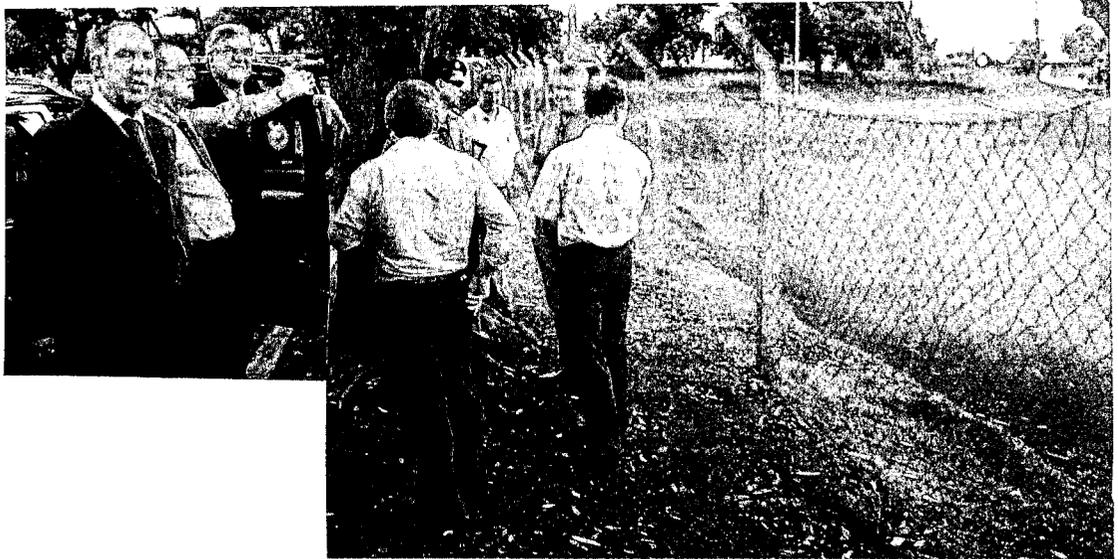


Desembargador foi recepcionado na tarde de ontem (30) por autoridades no aeroporto rondonense

CONTINUA

O PRESENTE 01 DEZ 2012

CONTINUAÇÃO



Ontem (30) o presidente do Tribunal teve a oportunidade de conhecer o terreno doado pela prefeitura para a construção da nova sede do fórum rondonense